

ENCONTRO RUMO À CONFERÊNCIA HABITAT-III

29 de fevereiro e 01 de março de 2016

Praça das Artes

São Paulo, Brasil



Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Habitat
para a Humanidade®

CBIC

cooperação
alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEITUNG

giz

01 DE MARÇO
SALA DO CONSERVATÓRIO 2º PISO
11:00 às 12:30h



Günter Meinert - Coordenador de Programa de Assessoramento para Políticas de Desenvolvimento Urbano e Energia - GIZ, Alemanha

Pedro Lara de Arruda - Pesquisador Associado do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo - IPC-IG)

David Satterthwaite - Membro Sênior do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - IIED, Reino Unido)

Eduardo Vasconcellos - Consultor da Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP

Cláudio Stenner - Coordenador de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Marcelo Neri - Economista Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

 **PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

 **Habitat**
para a Humanidade®

CBIC
Centro Brasileiro de Indústria de Cimento


cooperação
alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Partners de **giz** Europäische Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



DIÁLOGOS SETORIAIS UNIÃO EUROPEIA
BRASIL

UMA AGENDA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS PARA A POTENCIALIZAÇÃO DE SEUS EFEITOS INDUTORES DE CRESCIMENTO INCLUSIVO.

By, Pedro Arruda (pedro.arruda@ipc-undp.org)



OVERVIEW

- 1. Os sentidos de Crescimento Inclusivo**
- 2. Engajando a política urbana como vetor do crescimento inclusivo**
- 3. Principais limitações de dados para gestão de políticas brasileiras de desenvolvimento urbano em alinhamento com as premissas do crescimento inclusivo**
- 4. Uma agenda para engajamento dos dados administrativos de infraestrutura urbana no Brasil**
- 5. Conclusões**



OS SENTIDOS DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

Definição própria (genérica): Opções **políticas** para a busca do crescimento econômico em suas formas mais tradicionais, pareadas com mecanismos para que estes resultados possam ser distribuídos com **equidade** e **a contento**.

Equidade = característica de um sistema de regulação do acesso a serviços básicos (tanto na perspectiva do bem-estar quanto do desenvolvimento humano) sem ônus excessivo indutor de pobreza, prezando pelo princípio da equidade horizontal (contribuições iguais de pessoas com igual capacidade distributiva) e da equidade vertical (que pressupõe maior contribuição por parte dos grupos com maior capacidade contributiva)

A contento = metas podem ser de médio e longo prazo, mas estratégias são executáveis em curto prazo.

Política de coletivização de riscos e maximização da participação individual na gestão.



OS SENTIDOS DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

Em larga medida, pode-se dizer que o conjunto de saberes que caracterizam o crescimento inclusivo surge *pari passo* com experimentos políticos como:

- A reformulação de sistemas de saúde e educação na América Latina (criação de fundos participativos, re-engajamento de governos centrais e retomada da preocupação com universalidade)
- Inovadores programas de transferência de renda que ganharam notoriedade nas últimas décadas:
Tanto PTRs (ex: Bolsa Família/ Brasil e Prospera/Antigo Oportunidades/ México), quanto pensões sociais (BPC/ Brasil e suplementos aos sistemas de capitalização no Chile e Perú).

RDH (1990) pode ser considerado uma semente do CI, inclusive pois suas versões mais recentes tanto destacam a relevância do termo quanto incorporam novas metodologias (IDH-D) e mensuram dimensões adicionais típicas do CI.



OS SENTIDOS DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

Definição Asian Development Bank: crescimento inclusivo é um conceito que surge em referência a **formas de crescimento econômico que gerem também efeitos redistributivos notáveis para as parcelas mais pobres e vulneráveis da população**, as quais devem também galgar um **ganho de representatividade política** por meio de ações capazes de engajar estes estratos populacionais na operacionalização de atividades que os beneficiem.

Definição UNDP, IPC-IG: crescimento inclusivo diz respeito tanto à distribuição equitativa dos resultados do crescimento econômico, quanto ao engajamento ativo dos pobres e vulneráveis nas ações geradoras deste crescimento.



OS SENTIDOS DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

Definição Banco Mundial: a perspectiva é internalizada com um foco maior sobre o crescimento pautado em atividades capazes de gerarem emprego e renda sustentáveis sob uma perspectiva de médio e longo prazo.

Definição União Européia: grande atenção à dimensão do crescimento inclusivo que deve voltar-se para o **enfrentamento de grandes transições** (ex: econômicas, demográficas, etc) de forma a impedir ou mitigar efeitos subsequentes que acarretem retrocessos sociais

Definição OECD: crescimento no qual os “*shadow prices*” de saúde e emprego (determinados por meio de ecletismo de dados e análises) não destoem muito das variações observadas na renda.



OS SENTIDOS DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEFINIÇÕES APRESENTADAS:

- 1 – Foco sobre indivíduos e domicílios, mas não sobre territórios e sistemas;
- 2 – Políticas urbanas tratadas de forma elíptica



OS SENTIDOS DE CRESCIMENTO INCLUSIVO

PRINCIPAIS MOTIVOS:

1) CI surge muito atrelado a políticas de distribuição de renda e outras formas de beneficiamento individual e/ou domiciliar, que são unidades de análise distintas daquela que tradicionalmente orienta a política urbana, ou seja, o território, as estruturas e os sistemas.

2) Execução difusa da política urbana dificulta ação coesa dos agentes voltada para a progressividade.

Ex: Política de saneamento: Responsabilidade Federativa Comum + Oferta por meio de concessionárias privadas

Histórica regressividade em políticas urbanas sem corte social (Maricato, 1999; Maricato e Whitaker, 2002), e mesmo em algumas de corte social com falhas no modelo (Komives *et al*, 2005)

1+2 = Falta de dados devidamente tratados para parametrização progressiva da gestão.

Fator potencializado pela vinculação quase total do orçamento de infraestrutura a investimento



ENGAJANDO A POLÍTICA URBANA COMO VETOR DO CRESCIMENTO INCLUSIVO

“Globalização ou urbanização da pobreza” torna impostergável o enfrentamento desses desafios:

Revisão metodológica para re-inserção do território e das redes no framework de crescimento inclusivo;

Grande esforço por parte das instituições envolvidas com a política urbana para que se disponibilizem mais informações para parametrização progressiva das políticas.

Ambiente favorável globalmente: SDG como oportunidade para revolução em sistemas de M&A

Ambiente favorável localmente: Retomada da institucionalização da política urbana.

Alerta: Insuficiência dos indicadores SDG para orientarem a gestão de curto e médio prazo!

Necessidade de Quadro de Indicadores e Informações sobre “facilitadores dos SDG”.



PRINCIPAIS LIMITAÇÕES DE DADOS...

- Os maiores desafios estão associados ao levantamento de informações de infraestrutura urbana e bem-estar social desagregáveis em nível municipal e, sobretudo, intra-municipal, para períodos inter-censitários
- Carência de quase todos os países em desenvolvimento, e de forma mais acentuada, daqueles de grandes dimensões territoriais e cujos arranjos político-administrativos são formados por um grande e heterogêneo número de governos locais, como no caso do Brasil.



PRINCIPAIS LIMITAÇÕES DE DADOS...

Das principais pesquisas domiciliares multi-objetivas existentes, apenas o Censo, de realização decenal, permite desagregar as informações coletadas para o nível municipal.

Pesquisas domiciliares multi-objetivas anuais, como a PNAD, tem uma amostra mais limitada, e tradicionalmente permitem desagregação no máximo ao nível das regiões metropolitanas e municípios autponderados.

Sem apoio de dados administrativos, pesquisas domiciliares podem estimar apenas eficácia, mas não eficiência, tampouco efetividade.



UMA AGENDA PARA ENGAJAMENTO DOS DADOS ADMINISTRATIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA...

Atualmente, dois dos principais instrumentos de monitoramento de desenvolvimento urbano são:

Atlas do IDH Municipal (IDHM), calculado pelo PNUD, Fundação João Pinheiro e IPEA, com desagregação em termos de região metropolitanas, municípios e áreas intra-municipais (Unidades de Desenvolvimento Humano), de atualização decenal vinculada ao Censo;

- Além das variáveis tradicionais que compõe o IDH (referentes a renda, saúde e educação), há também um vasto número de dados adicionais, índices e sub-índices, sobre demografia, habitação, renda, trabalho, vulnerabilidade e população

Atlas de Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, calculado pelo IPEA, com recorte nacional e das regiões metropolitanas, de atualização anual com base na PNAD e, para o caso algumas informações, também o Censo.

- Capta informações de três dimensões (16 variáveis): Infraestrutura Urbana; Capital Humano; Renda e Trabalho.



UMA AGENDA PARA ENGAJAMENTO DOS DADOS ADMINISTRATIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA...

1 – Diagnóstico de dados administrativos: maior periodicidade de pesquisas como o IDH-M e IVC depende do uso de dados administrativos, cujo **uso só é aconselhado desde que precedido de diagnóstico rigoroso** (sucedido por eventuais ações de melhoramento da qualidade das informações coletadas).

A despeito das desvantagens implícitas no uso de dados administrativos, sobretudo em função da (perda de) precisão de suas informações, elas teriam a vantagem de serem desagregáveis pelo menos em nível municipal, e geradas de forma contínua, possivelmente anual. Isto permitiria ajustes de gestão durante períodos intercensitários.

Dados administrativos permitiriam também explorar informações de difícil inferência objetiva a partir de pesquisas domiciliares (ex: qualidade, responsividade, intermitência).



UMA AGENDA PARA ENGAJAMENTO DOS DADOS ADMINISTRATIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA...

2 – Avaliação de progressividade da cobertura: com bons dados administrativos sobre a expansão da infraestrutura urbana, este aspecto poderia, por exemplo, ser acompanhado anualmente e estas informações, dispostas em mapas que ressaltassem outras características sociais (como renda, escolaridade, ou mesmo indicadores sintéticos de vulnerabilidade) poderiam dar uma mostra da progressividade ou não da expansão da oferta de serviços de infraestrutura social.

Outra possibilidade pode ser a avaliação de progressividade de programas específicos, por meio de indicadores como o Kakwani Index of Progressivity.

Na impossibilidade de dispor-se de bons dados administrativos no curto prazo, uma estratégia de execução rápida pode ser a de gerar-se dados agregados para municípios abaixo do grau máximo de desagregação da PNAD.



UMA AGENDA PARA ENGAJAMENTO DOS DADOS ADMINISTRATIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA...

3 – Avaliação de progressividade do financiamento:

Estudo das fontes de renda da política urbana no contexto do arranjo federativo brasileiro, avaliando seu efeito sobre a equidade na distribuição das fontes de renda municipal, e comparando a equidade na distribuição de recursos empenhados em políticas de infraestrutura urbana com aqueles empenhados em outras políticas públicas.



UMA AGENDA PARA ENGAJAMENTO DOS DADOS ADMINISTRATIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA...

4 – Avaliação de impacto de políticas específicas ou grupos de políticas e programas:

O monitoramento longitudinal poderia subsidiar hipóteses de causalidade e compreensividade.

A validação destas hipóteses, porém, deve necessariamente passar por Avaliações de Impacto – que tendem a ser menos onerosas para programas com bons dados administrativos e critérios de seleção que incluam seleção aleatória de beneficiados.



CONCLUSÃO

Globalização da pobreza urbana torna mais premente que as políticas urbanas busquem a equidade e a multidimensionalidade não apenas por meio de mecanismos de governança participativa, mas também por meio de mecanismos eficientes de monitoramento e avaliação.

O uso de dados administrativos de forma a complementar as pesquisas domiciliares deve inescapavelmente ser precedida por análise meticulosa de sua qualidade (ex: análises de aderência dos dados, de sua frequência, forma de coleta, etc).

Recomenda-se que os esforços para territorialização da informação possam ir além do nível de desagregação municipal, preferencial seguindo-se o desenho amostral do Censo para territórios intra-municipais.

Países em desenvolvimento precisam ter seus sistemas de financiamento de políticas urbanas desmistificados para que a Habitat III não promova a generalização manuais administrativos das cidades com base em resultados observados em países com outros perfis, ou meramente deduzidos de forma intuitiva.

PROGRAMAÇÃO - 29/02/2016

18:00
às
19:00

Abertura

Gilberto Kassab (Ministro das Cidades)
Alexandre Peña Ghisleni (Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores)
Fernando Haddad (Prefeito de São Paulo)
Vera Kiss (Oficial de Assuntos Econômicos da Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL)
Miguel Lobato (Conselho das Cidades)
Anacláudia Rossbach (Representante Regional América Latina e Caribe da Aliança de Cidades)
Elkin Velazquez (Diretor Regional para a América Latina e Caribe ONU-Habitat)

19:30
às
21:00

Palestra Magna:
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Agenda Pós-2015: Cidades e a oportunidade urbana

Elton Santa Fé Zacarias (Secretário Executivo do Ministério das Cidades)
David Satterthwaite (Membro Sênior do Instituto Internacional para Meio Ambiente e Desenvolvimento - IIED, Reino Unido)
Aromar Revi (Diretor do Instituto Indiano para Assentamentos Humanos - IIHS, Índia)
Wasmália Socorro Barata Bivar (Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)
Francisco Gaetani (Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)

SALA DO CONSERVATÓRIO 2º PISO

SALA DE EXPOSIÇÕES 1º PISO

09:00
às
10:30



01 MOBILIDADE ATIVA: SEGURANÇA DE PEDESTRES E CICLISTAS
Paula Santos Rocha (Coordenadora de Mobilidade e Acessibilidade da WRI - Brasil Cidades Sustentáveis)
Ana Nassar (Diretora de Programas do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP Brasil)
Meli Malatesta (Presidente da Comissão Técnica Mobilidade a Pé e Acessibilidade da Associação Nacional de Transportes Públicos ANTP)
Yuriê Baptista César (Diretor Financeiro da União de Ciclistas do Brasil)
Holger Dahlman (Diretor de Estratégia e Política Global do WRI Ross Center for Sustainable Cities)

09:00
às
10:30



03 SANEAMENTO AMBIENTAL URBANO SUSTENTÁVEL
Paulo Ferreira (Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério Cidades)
José Esteban Castro (Professor da Universidade de Newcastle, Reino Unido)
Léo Heller (Relator Especial da Organização das Nações Unidas sobre Água e Saneamento e Pesquisador Fiocruz)
Bartiria Costa (Presidente da Confederação Nacional de Associação de Moradores - CONAM)
Luiz de Mello (Vice Diretor de Governança Pública e Desenvolvimento Territorial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, França)

11:00
às
12:30



02 CIDADE MOTORIZADA: DESESTÍMULO AO USO DO AUTOMÓVEL
Marcos Santos (Analista de Infraestrutura da Secretaria de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades)
Marcelo Cintra do Amaral (Coordenador de Políticas de Sustentabilidade - BHTrans)
Luis Antonio Lindau (Diretor WRI Brasil Cidades Sustentáveis)
Renato Boareto (Coordenador de Mobilidade Urbana do Instituto de Energia e Meio Ambiente)
Eleonora Pazo (Gerente do Programa para América Latina e Caribe da Associação Internacional do Transporte Público)

11:00
às
12:30



04 INVESTIMENTOS PARA INFRAESTRUTURA URBANA
Wladimir Ribeiro (Consultor Jurídico Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques, Sociedade de Advogados)
Carsten Sandhop (Diretor do KfW Banco de Desenvolvimento no Brasil)
Gezner Oliveira (Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas)
Edson Silva (Coordenador da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental)
Marcos Thadeu Abicalil (Especialista Sênior de Água e Saneamento do Banco Mundial)

14:00
às
15:30



05 DESAFIOS DO GOVERNO LOCAL E A NOVA AGENDA URBANA
Paula Ravanelli (Assessora Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República SAF PR)
Wolf-Michael Dio (Diretor Nacional da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH)
Luis Paulo Bresciani (Secretário Executivo Consórcio Intermunicipal Grande ABC SP)
Eduardo Tadeu (Presidente da Associação Brasileira de Municípios - ABM)
Nestor Vega (Especialista da Rede Mundial de Cidades e Governos Locais e Regionais - UCLG, Equador)

14:00
às
15:30



07 PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DE RISCOS
Alexander Carius (Consultor da GIZ GmbH e Diretor Adelphi, Alemanha)
Luciana Nery (Gerente de Resiliência do Centro de Operações do Rio de Janeiro)
David Stevens (Coordenador do Centro de Excelência para Redução de Risco de Desastres - UNISDR)
Eduardo Soares (Pesquisador do Laboratório de Riscos Ambientais do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT)
Luison Macedo (Secretário Municipal de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo)

16:00
às
17:30



06 O DIREITO À CIDADE COMO CENTRO DA NOVA AGENDA URBANA
Hely Olivares (Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF)
Nelson Saule Júnior (Coordenador da Plataforma Global do Direito à Cidade e Conselho das Cidades)
Marcelo Montenegro (Coordenador de Relações Internacionais da ActionAid Brasil)
Rogério Sotilli (Secretário Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos)
Ana Sugranyes (Habitat International Coalition - HIC, Chile)

16:00
às
17:30



08 CIDADES INSURGENTES: COLETIVOS URBANOS
Nabil Bonduki (Secretário Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo)
Jean Tible (Professor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH USP)
Sérgio Vaz (Coordenador do Cooperifa - Movimento Cultural da Periferia da Zona Sul de São Paulo)
Miguel Jaeniche (Diretor do Vivero Iniciativas Ciudadanas, Espanha)
Laura Sobral (Membro da Iniciativa Batata Precisa de Você e do Instituto a Cidade Precisa de Você)

PROGRAMAÇÃO - 01/03/2016

SALA DE EXPOSIÇÕES 1º PISO

SALA DO CONSERVATÓRIO 2º PISO

09:00 às 10:30

09 FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E EQUIDADE

Luis Ramos (Secretário Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos - Ministério das Cidades)
Martin Šmolka (Diretor para América Latina e Caribe do Lincoln Institute of Land Policy)
Juan Manuel Patiño (Especialista e Acadêmico em Temas Urbanos, Colômbia)
Fernando de Mello Franco (Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo)
Betânia Alfonsín (Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico IBDU)

11:00 às 12:30

10 GESTÃO METROPOLITANA E GOVERNANÇA URBANA

Rovena Ferreira (Diretora Presidente da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EEMPLASA)
Augusto Pinto (Consultor da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, Colômbia)
Francisco Covarrubias (Diretor de Coordenação Metropolitana Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Territorial e Urbano, México)
Marco Aurélio Costa (Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA)
Jeroen Klink (Professor Universidade Federal do ABC - UFABC)
Andrés Muñoz (Associado Sênior da Divisão de Gestão Fiscal e Municipal do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID)

14:00 às 15:30

13 MORADIA DIGNA: FINANCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO INCLUSIVO

Inê Magalhães (Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades)
Jane Katz (Diretora de Programas e Assuntos Internacionais - Habitat para a Humanidade Internacional - HFHI, Estados Unidos)
Wilson Valério da Rosa Lopes (Confederação Nacional das Associações de Moradores CONAM)
Daniel Montandon (Diretor Departamento do Uso do Solo - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo)
Claudio Acioly (Chefe do Departamento de Capacitação e Desenvolvimento da ONU-HABITAT, Nairobi)

16:00 às 17:30

14 HABITAÇÃO SOCIAL SUSTENTÁVEL

Jean Benevides (Gerente Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental da CAIXA)
Vanderley Moacyr John (Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Membro do CBCS)
Regina Cavini (Coordenadora de Programas Sênior do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA)
Sérgio Magalhães (Presidente Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil)
João Whitaker (Secretário de Habitação da Prefeitura de São Paulo)
Soledad Núñez (Ministra da Secretaria Nacional de Habitação e Habitat, Paraguai)

09:00 às 10:30

11 GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Renato Simões (Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República)
Vidal Barboza da Silva (Conselho das Cidades e União Nacional por Moradia Popular - UNMP)
Evaniza Rodrigues (Coordenadora Nacional da União Nacional por Moradia Popular - UNMP)
Christopher Dekhi (Oficial de Análise de Políticas e Comunicação da Communitas Coalition, Bélgica)
Luis Eduardo Breciani (Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano do Governo do Chile)

11:00 às 12:30

12 ODS 11 E O MONITORAMENTO DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Günter Meinert (Coordenador de Programa de Assessoramento para Políticas de Desenvolvimento Urbano e Energia - GIZ, Alemanha)
Pedro Lara de Arruda (Pesquisador Associado do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo - IPC-IG)
David Satterthwaite (Membro Sênior do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - IIED, Reino Unido)
Eduardo Vasconcelos (Consultor da Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP)
Claudio Stenner (Coordenador de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)
Marcelo Neri (Economista Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas)

14:00 às 15:30

15 ATIVAÇÃO DE ESPAÇOS COLETIVOS E CIDADES SEGURAS

Pedro Strozenberg (Secretário Executivo do Instituto Estudos da Religião-iser)
Fernando Carrión (Professor da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais FLACSO, Quito, Equador)
Mariana Cavalcanti (Professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IESP UERJ)
Nathalie Alvarado (Especialista Principal em Segurança Cidadã e Justiça BID, Estados Unidos)
Claudia Bustos (Secretária Executiva do Programa Quiero Mi Barrio do Ministério de Habitação e Urbanismo, Chile)
Antonio Sampaio (Pesquisador Associado para Segurança e Desenvolvimento do Instituto Internacional para Estudos Estratégicos - IIES, Reino Unido)

16:00 às 17:30

16 GÊNERO E CIDADES

Ana Falú (Professora da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina)
Graça Xavier (Coordenadora Executiva da União Nacional por Moradia Popular - UNMP)
Nilcéa Freire (Representante da Fundação Ford Brasil)
Sônia Maria Dias (Especialista do Mulheres em Empregos Informais: Globalizando e Organizando - WEIGO)
Luiza Carvalho (Diretora Regional da ONU-Mulheres para Américas e Caribe, Panamá)
Silmara Conchão (Secretária de Políticas para Mulheres de Santo André)

Organização:

ConCidades
Conselho das Cidades

Secretaria Nacional de
Habitação

Ministério das
Cidades



Apoio:

Cities Alliance
Cities Without Slums

